3.50

Original anexo ao

Proc. n.º \_ & S/05

Em \_ 13 / & /05 & bubs

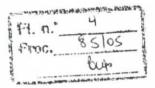
Senhor Presidente
Senhores Vereadores

Conhecedores que somos de diversos programas implantados em nosso Município e que têm dado resultados positivos, sugerimos a esta Casa de Leis, através deste projeto, a execução de uma política de prevenção da Síndrome de Down, Malformações Congênitas e outras doenças, conforme segue:

## PROJETO DE LEI N.º 41/05 DOCUMENTO N.º 663/05

Institui o Programa Municipal de Prevenção da Síndrome de Down, Malformações Congênitas e outras doenças, e dá outras providências.

- Art. 1.º Fica instituído no Município de São Vicente o Programa Municipal de Prevenção da Síndrome de Down, Malformações Congênitas e outras doenças, visando à execução de uma política de prevenção dessas doenças na forma prevista nesta Lei.
- Art. 2.º A prevenção se dará através da inclusão obrigatória de ácido fólico na farinha de trigo, no ato de fabricação de pães, seguindo os procedimentos de dosagem adotados internacionalmente.
- Art. 3.º O programa também incluirá a divulgação da importância da absorção do ácido fólico em suas variadas formas, em especial para as mulheres que já tiveram filhos com defeitos congênitos ou histórico familiar dessas doenças.
- Art. 4.º Os estabelecimentos de panificação que cumprirem o disposto nesta lei receberão um Certificado de Qualidade que atestará o enriquecimento dos pães produzidos com a vitamina ácido fólico e seus benefícios para a saúde da população.
- Art. 5.º Caberá à Secretaria Municipal de Saúde a implantação e fiscalização da presente política, com a colaboração das demais secretarias afins.



Art. 6.º - O Executivo Municipal deverá regulamentar a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7.º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

**Art. 8.º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA MARTIM AFONSO DE SOUSA, em 12 de maio de 2005.

ROBERTO ROCHA